

Governo avalia aumento de 5% a servidores

NA VÉSPERA DA ELEIÇÃO

GOVERNO AVALIA REAJUSTE GERAL

Proposta é aumentar salário de servidor em 5% a partir de julho. Impacto seria de R\$ 5 bi

GERALDA DOCA E
MANOEL VENTURA
economia@oglobo.com.br

O governo do presidente Jair Bolsonaro estuda conceder reajuste salarial de 5% a todos os servidores federais a partir de julho, às vésperas da eleição presidencial, marcada para outubro. A medida teria impacto de R\$ 5 bilhões neste ano, segundo técnicos da equipe econômica. O debate reflete as idas e vindas em relação ao reajuste do funcionalismo, além da busca por melhorar a imagem do presidente junto a servidores em ano eleitoral.

A data-limite para qualquer reajuste é 30 de junho em razão da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), na avaliação do Ministério da Economia.

Mesmo que custe R\$ 5 bilhões neste ano, o reajuste tem impacto permanente, já que se trata de despesa obrigatória de caráter continuado. O impacto tende a ser maior nos próximos anos.

Outro cenário em estudo pelo governo é conceder aumento só para Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Departamento Penitenciário Nacional (Depen), promessa feita por Bolsonaro e que irritou as demais categorias do Executivo.

O governo volta a discutir o reajuste pressionado por movimentos liderados pela elite do funcionalismo, como servidores do Banco Central (BC) e da Receita Federal. No BC, o vencimento inicial é de R\$ 19.197,06. A proximidade da eleição e a disputa com governadores também fazem parte desse contexto. Como mostrou o GLOBO semana passada, 26 dos 27 chefes de Executivos estaduais já concederam ou apresentaram propostas que elevam rendimento dos servidores. Somadas, as medidas custarão ao menos R\$ 28 bilhões aos governos locais.

CRONOGRAMA CONTROVERSO

As conversas no governo, porém, ainda estão sendo conduzidas entre ministros. A decisão final é do presidente. Ainda não é possível apontar qual caminho ele está se inclinando a seguir. Até agora, o ministro da Economia, Paulo Guedes, tem se posicionado contra reajustes salariais por entender que isso incha a máquina pública. Auxiliares do ministro têm dito que não há espaço no Orçamento para aumentos

generalizados. A exceção é a reserva de R\$ 1,7 bilhão para os policiais federais.

O governo bloqueou neste mês R\$ 1,7 bilhão do Orçamento por falta de espaço no teto de gastos (a regra que limita o crescimento das despesas públicas à inflação). O espaço para reajustes, porém, foi preservado. Portanto, um reajuste salarial desta magnitude apertaria ainda mais as contas públicas, sendo necessário fazer cortes em outras áreas.

A área jurídica do Ministério da Economia entende que há dois prazos distintos a respeito da concessão de reajus-



“Aquele governante que está dirigindo a máquina pública, se ele deixar para o ano da eleição esse tipo de melhoria, acaba criando, ainda que indiretamente, uma espécie de propaganda para o próprio governo”

Filipe Coutinho da Silveira, sócio do Silveira Athias Advogados

tes para servidores públicos, de acordo com técnicos da equipe econômica. O primeiro é dado pela Lei Eleitoral, que proíbe conceder revisão geral de remuneração — ou seja, aumento a todos — no ano eleitoral (a qualquer tempo) em percentual superior à inflação oficial.

O ministério entende que é possível, portanto, conceder aumento até o limite da inflação a todos.

Há um segundo prazo estabelecido pela LRF. A lei fala que não é possível aumentar ou executar qualquer ato que eleve a despesa de pessoal, co-

mo reajuste em benefícios, seis meses antes do fim do mandato do chefe do Poder — ou seja, a partir de julho.

O chefe da Assessoria de Assuntos Estratégicos do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, defendeu em rede social aumento do vale-alimentação a todo o funcionalismo no lugar de um reajuste. “Aumentar o ticket-alimentação para todos num valor que caiba dentro dos R\$ 1,7 bi ajudando proporcionalmente mais quem ganharmos me parece a melhor solução”, escreveu.

O advogado Filipe Coutinho da Silveira, sócio do Silveira

Athias Advogados, afirmou que a lei eleitoral não impede o governo de dar compensação pela perda do poder aquisitivo por causa da inflação:

— A lei quer que todo mundo que participe das eleições tenha igual possibilidade de ser eleito. Aquele governante que está dirigindo a máquina pública, se ele deixar para o ano da eleição esse tipo de melhoria, acaba criando, ainda que indiretamente, uma espécie de propaganda para o próprio governo. Por isso há essa limitação no ano eleitoral. Quem descumprir pode ser processado por improbidade administrativa.

Mariana Rabelo, sócia do Carneiros e Dipp Advogados, especializada em Direito Eleitoral, vai na mesma linha:

— O que a lei veda é uma revisão geral do salário dos servidores. Se ficar dentro da inflação não há problema.

INDEFINIÇÃO DO GOVERNO

No início do ano, em consultas informais feitas por auxiliares de Bolsonaro, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) avisaram que conceder reajustes para categorias específicas, como a de policiais federais, poderia desencadear ações na Corte cobrando o mesmo tratamento a todos os servidores. O alerta dos ministros do STF ao governo é o de que o Supremo pode obrigar o “alinhamento” do tratamento dado a uma categoria às demais carreiras do Executivo, após dois anos de reajustes suspensos.

Os funcionários de União, estados e municípios passaram dois anos (2020 e 2021) sem reajustes, como contrapartida ao aumento de gastos decorrentes da pandemia.

Com o fim da restrição, Bolsonaro foi o primeiro a falar de aumentos este ano. Em novembro último, prometeu reajuste caso o Congresso aprovasse a proposta de emenda à Constituição (PEC) que alterou o pagamento de precatórios (despesas do governo decorrentes de decisões judiciais). A PEC alterou o teto de gastos, abrindo espaço de R\$ 100 bilhões a despesas este ano. Com a reação negativa proposta, o presidente deixou de falar em reajuste linear, mas manteve a intenção de dar aumento aos policiais. Para o governo, integrantes da PF, da PRF e do Depen são algumas das principais bases eleitorais de Bolsonaro.



Idas e vindas. Governo volta a discutir reajuste em meio à pressão de servidores, como funcionários do Banco Central e da Receita Federal

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 13